

**LAMPIÃO E O ROMANCE HISTÓRICO: PERCEPÇÕES DE UMA OBRA
LITERÁRIA**

Aldair Smith Menezes
Mestranda em Letras/NPGL/UFS/HPOPNET
aldairsmith@uol.com.br

A relação entre literatura e história remonta a própria criação do ato de narrar. Para Mário Maestri o surgimento da história e o da literatura ocorreram ao mesmo tempo, na medida em que “nasceram como ser único e indistinto” (2002,p.38). Aristóteles já insistia em demarcar a diferença entre o ato de narrar do ofício de poeta e o ato de narrar do ofício do historiador. Este filósofo grego, ao mostrar a diferença constitutiva entre o historiador e o poeta, afirmava que ao poeta caberia trabalhar com a verossimilhança, com o que poderia ter acontecido, enquanto que ao historiador caberia narrar o que de fato aconteceu. Esse é um dos pontos de partida para começar a descortinar as diferenças dessas duas áreas. Aristóteles defende que o poeta trabalha com a imaginação, com o pensamento. Neste sentido, seu trabalho estaria mais próximo ao trabalho do filósofo do ao de qualquer outra atividade. Por isso, ao considerá-la mais filosófica que a história, deu a poesia um estatuto de superioridade, uma vez que o processo de criação do poeta não limitava seu campo de ação, como acontece com o historiador preso ao acontecimento real. Esta relação com o real do fato não implica em ser ela, a história, a única detentora da verdade, tendo em vista que a literatura ao narrar o que poderia ter sido possibilita um novo olhar sobre o fato narrado.

1. O surgimento de uma marca

Esse é o caso do romance *Os desvalidos*, de Francisco José Costa Dantas, que ao dar voz ao Rei do Cangaço, possibilita criar uma nova percepção sobre o homem

Virgulino Ferreira da Silva. Lampião aparece na trama, inicialmente, como um fantasma, que vive a assombrar as lembranças do personagem-narrador Coriolano. O desenvolvimento do romance se dá a partir da morte de Lampião. É o grito que ecoa pelo ar: “Lampiãããã, morreeeu!...” (DANTAS, 1996, p.11). É esse grito que irá possibilitar a Coriolano a liberdade de vasculha suas memórias e fazer um balanço de sua vida. Nesse contexto, outro personagem-narrador surge para também rever seu passado e verifica suas relações sociais: é o próprio Lampião. Ele mesmo, enquanto personagem, através do monólogo interior, revela suas angústias e seus amores.

É interessante notar como o grito que dá início à narrativa de Coriolano estabelece-se enquanto referencial de tempo e de espaço para localizar o romance em uma época marcante para a nação brasileira e principalmente para o Nordeste. Esse grito é portador de muitos significados, pois, enquanto estrutura significativa ele é em si portador de uma potência de sentidos, logo as múltiplas significações que o envolvem, tanto no aspecto da forma, quanto no aspecto do enredo, permitem leituras variadas. Grito que expressa vários ângulos a um só tempo, em um espaço onde sua percepção é marcada como um gatilho que dispara toda uma necessidade de fala, de dar voz a quem, de certa forma, pode ser um dos silenciados da história do Brasil. Por isso, com esse grito tem-se a demarcação do tempo, do espaço, dos personagens, da vida, da morte e da memória em um contexto que confunde realidade e mito, dor e ficção. Tudo isso expresso em um único fôlego. Uma expressão que indica a configuração de tempo e espaço sem que haja a necessidade de mensurá-los explicitamente.

O nome Lampião faz referência a uma das representações culturais mais conhecidas do Nordeste brasileiro: o cangaço. Um homem cuja vida e cuja morte foram contadas, cantadas, dançadas e escritas de diversas maneiras desde o cordel à música popular, passando pela dança, pela literatura, pela cinematografia, pelo teatro, pela história e pela memória. O termo morrer, por sua vez, é indicativo de uma ação sofrida por Lampião e por parte de seu bando. Ação que configura, também, um momento da história do Brasil, no qual o fenômeno social representado pelo cangaço começa a ceder espaço a uma nova forma de organização da sociedade e de Estado brasileiro sob a égide da ditadura do Estado Novo.

Unidos esses dois termos, Lampião e morrer, possibilitam a Coriolano trazer à memória lembranças suscitadoras de tensões, de realizações, de interesses existentes em um momento peculiar e onde imagens dos cangaceiros dos grupos de Lampião, e particularmente da atuação de seu líder, no contexto sócio-cultural, temporal e espacial

em que ele atuou na última fase de sua vida são revisitadas. Momento histórico marcado pelos imperativos do Estado Novo, entre o agreste e o sertão dos estados de Sergipe, sobretudo, e da Bahia e de Alagoas de modo complementar no final dos anos 30 do século XX. Lampião torna-se assim a marca que permeia a narrativa das lembranças de Coriolano. Lembranças que o deixam preso à cidade de Rio das Paridas impossibilitando seu retorno ao Aribé, terra comprada por seu pai, João Coculo, e abandonada pelos três filhos que acabaram se perdendo uns dos outros no mundo a procura de uma vida menos penosa.

Dez anos mais velho que Lampião, Coriolano começa sua vida de andarilho. É a errância que o acompanha em sua trajetória de vida e que agora, aos “cinquenta e um janeiros” (DANTAS, 1996, p.23), o faz parar com o objetivo de analisar todo o percurso que desenhou em sua longa caminhada. Aos catorze anos, foge de casa do pai e vai trabalhar em uma fazenda. Cansado de ser explorado resolve ir embora para Rio das Paridas onde encontra um tio-avô e torna-o seu herdeiro na botica. Obrigado, pelo tio-avô, a estudar apaixona-se pelas histórias de cordel, e deseja tornar-se um cordelista.

Suas memórias querem manter vivas a sua história pessoal e a história das pessoas amadas: Zerramo, Tio Felipe e Maria Melona. Coriolano revela as contradições em um momento de transição social. Um homem que se manteve preso a uma promessa feita a seu tio-avô no leito de morte. Promessa que o impossibilita fazer a “tradução” nesse momento de mudanças político-administrativas e sócio-econômicas. Ao perder a botica, não consegue ficar muito tempo no fabrico de bombons e resolve tornar-se mestre na arte do couro. É a partir do instante em que começa a trabalhar como mestre do couro ambulante que sua vida se liga à vida de Lampião. Não seria difícil, nessa época, no sertão nordestino estabelecer tal ligação, mas a necessidade de regresso à cidade de Rio das Paridas com ao menos “um arejo de hora” (DANTAS, 1996. 35) impulsiona-o a criar uma relação fictícia com o Rei do Cangaço. É essa relação de Coriolano com Lampião, mesmo que, inicialmente, fictícia que por um lado lhe dará a chance de regresso, e, por outro, irá deixá-lo de sobressalto tanto por causa de Lampião, que não admitia mentiras, como das volantes, que tão ou mais cruel que os cangaceiros queriam a todo custo capturar e eliminar Lampião e seus coiteiros. Esse era o tamanho do desvalimento de Coriolano.

2. A história e o romance histórico

A obra *Os desvalidos*, nesse sentido, acaba se tornando um romance que mistura deliberadamente ficção e fato, verdade histórica e verdade ficcional para construção da verossimilhança. Percepção literária, deste misto de realidade histórica e de ficção, que encontra no romance histórico sua forma mais expressiva de produção. Forma essa que permite abertamente correlacionar a marca registrada Lampião aos acontecimentos da história e da história de Coriolano.

Para falar do romance histórico, Alcemo Bastos (2007) revela que, como um dos textos iniciais da literatura ocidental, a *Ilíada* contém em sua estrutura a relação entre história e literatura. Esse texto contém marcas que registram a utilização tanto do mito quanto da história por parte de Homero, tido como seu criador. É uma narrativa que contém o relato dos últimos anos da Guerra de Tróia, parte histórica, dialogando com uma intensa participação dos deuses do Olimpo na vida dos homens, parte mitológica.

Ao destacar que cabe à introdução do maravilhoso na construção dessa narrativa, Bastos começa a apontar o perfil do romance histórico, ao tempo em que revela a íntima relação entre literatura e história. Para ele, a introdução do maravilhoso somente foi viabilizada devido ao distanciamento de “três ou quatro séculos” (2007, p. 15) entre os fatos ocorridos e a criação do texto narrativo. Assim, a distância entre o acontecimento histórico e a sua narração implica em uma espécie de liberdade que possibilita ao escritor, no caso ao poeta, atribuir elementos de cunho ficcional à narrativa histórica.

Luiz Costa Lima (1997), ao historicizar essa relação, entre literatura e história, mostra que o ponto fundamental na separação dessas duas narrativas encontra-se no movimento de saída do homem de um lugar centrado, onde a transparência da linguagem lhe dava segurança e comodidade, para um lugar descentrado, no qual a linguagem assumiu uma posição de não-transparência, implicando na exigência de distinguir o real do ficcional. Enquanto a literatura passou a ser sinônimo de subjetividade, a história, ao buscar o caráter de cientificismo, tornou-se, assim, sinônimo de objetividade. Porém, esses limites, às vezes, não conseguem ser mantidos tão nitidamente. Fato que leva Lima a afirmar que “as fronteiras entre história e literatura existem enquanto maleáveis” (1997, p.237), estimulando a reflexão sobre a utilização de aspectos literários por parte do historiador para transcorrer sobre fatos que a História narra e, por outro lado, como a Literatura, apesar das críticas, nunca se furtou a utilizar elementos oriundos da História, da Sociologia, da Psicologia, da Psicanálise entre outros campos de conhecimento. Isto porque a licença poética permite que o

escritor faça uso de qualquer matéria para criar o texto literário, sendo, portanto, impossível delimitar seu conteúdo.

Ampliando-se essa linha de pensamento, pode-se associar às reflexões de Mikhail Bakhtin, em *Estética da criação verbal*, quando discorre sobre a epopéia, afirma que a “atitude humana é um texto em potencial e pode ser compreendida (como atitude humana e não ação física) unicamente no contexto dialógico da própria época (como réplica, como posição semântica, como sistema de motivos)” (2003, p.312), revelando as ações do homem como pertencentes a um contexto histórico. Tal assertiva viabiliza um olhar diferente sobre o texto, em sentido amplo, e, em sentido restrito, sobre o texto literário. O texto literário, enquanto produção de uma época, retém intrinsecamente aspectos históricos do momento em que foi gerada, uma vez que a literatura “constrói-se, necessariamente, com as palavras, as idéias, os sentimentos, os temas e as preocupações de sua época, constitui poderoso registro do mundo que a pariu” (MAESTRI, 2002, 41). Esse “poderoso registro” possibilitou ao historiador Nicolau Sevchenko, quando da realização de pesquisas históricas que envolvem o texto literário, dizer que

a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais? (2003, p. 29).

É essa amarração, essa implicação da segurança do enraizamento, a partir da relação do escritor com seu contexto, que ajuda a gerar o material literário como fruto de uma época e de um espaço. O texto literário não é utilizado, pelo historiador, como fonte documental. Mas a utilização desse texto preenche de “significados muito peculiares” (SEVCENKO, 2003, p. 29) preenche o interior de uma pesquisa historiográfica, pois traz as tensões sociais em sua tessitura e possibilita a apreensão de particularidades e liames da época analisada.

Lima corrobora com esse debate ao observar que o enlace entre história e literatura não estabelece uma relação viciada entre uma e outra, mas possibilita, simultaneamente, aproximações e separações entre elas. Isto porque são “os modos de pensar o mundo” (1997, p. 237) que irão possibilitar a constituição de cada uma a partir da linguagem, enquanto veículo de transmissão quer de verdades, quer de ficção. Fato que para Maestri não representa grandes problemas, tendo em vista que a “narrativa

ficcional em prosa constitui fonte documental essencial, já que expressa, poderosamente, os cenários; as linguagens; as personagens dominantes; as concepções e visões de mundo; as preocupações e preconceitos sociais; etc. da época em que foi produzida” (2002, p. 41). Logo, o romance histórico é um representante direto da relação entre literatura e história, assim como a *Ilíada* e a *Odisséia* mostram tal relação.

Dentro dessa perspectiva, cabe, aqui, elaborar um questionamento sobre o que vem a ser um romance histórico. Questionamento embasado na premissa de que o elemento histórico é parte constituinte de toda e qualquer ação do homem, sendo, conseqüentemente, a obra literária uma produção dessa ação, logicamente, ela também possui registros da história em seu interior. Bastos assevera que um dos pontos a ser levado em consideração, quando da análise de um romance para caracterizá-lo enquanto histórico, é o distanciamento da obra com o fato. Esse distanciamento possibilita que o acontecimento seja conhecido por uma comunidade ou além de suas fronteiras. Característica que possibilita ao leitor ter acesso ao acontecimento como um fato histórico. Esse reconhecimento por parte do leitor amplia a noção de verdade em relação ao texto, à medida que imprime ao narrado uma superioridade sobre o leitor (BASTOS, 2007, p.98). Se em um primeiro momento o leitor busca referenciais fora do texto, no desenrolar da narrativa tais referenciais deixam de ser necessários, pois o texto fecha-se em si. Ele cria junto com o leitor uma nova realidade: uma história que poderia ter acontecido: a verossimilhança.

Maestri, ao falar do romance histórico, revela a peculiaridade com que a literatura faz uso de temas da história para “descrever, sintetizar, explicar e apreender singularidades essenciais do passado” (2002, p. 41), também são aspectos utilizados pelo historiador. À concepção de um romance histórico em uma obra poderá sofrer o processo de envelhecimento rápido porque a

obra ficcional incapaz de registrar a essência dos fatos históricos perde crescentemente caráter evocativo, à medida que avança o conhecimento sobre essas épocas, passando a constituir mero depoimento da realidade cultural da época em que foi produzida, e não da época a que se refere (p. 44).

Nota-se que a afirmação feita por Maestri não diferencia o romance histórico do romance político ou neo-realista. Fato trabalhado por Bastos. Para este autor, a obra denominada de romance político registra fatos que ainda não foram consolidados pela sociedade, impossibilitando estabelecer na obra aspectos conclusivos quanto aos fatos históricos. Enquanto

o romance histórico tem essa como uma das características fundamentais justamente por possibilitar a análise de vários aspectos que envolvem o tempo histórico do acontecido. No entanto, se Maestri quer defender a perspectiva de o romance histórico não fazer uso da imaginação para a sua composição, aspecto que pode implicar em perda do teor ficcional dando mais ênfase ao conteúdo histórico, uma vez que aceitar tal concepção é reconhecer que existe uma “essência dos fatos históricos”, pode-se perder a consistência da narrativa. Hoje, discutir essa “essência” implica em ir de encontro à concepção da própria História.

A dificuldade de reconhecer tal essência configura-se à medida que em cada época novos valores imprimem relevância a determinados aspectos que antes não eram aceitos ou sequer percebidos. Nesse jogo dialético, entre o que valorizar e o que desvalorizar, estabelece-se a tensão a partir da qual o sujeito irá estruturar sua visão de mundo em uma determinada época e em um determinado lugar e possibilitará ao leitor ser parte constituinte desse processo. Nesse sentido, Bakhtin revela que a essência do texto encontra-se na relação dialógica entre o próprio texto e o leitor, graças ao “acontecimento da vida do texto, isto é, a sua verdadeira essência, sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos*” (grifos do autor), porque “o texto (à diferença da língua como sistema de meios) nunca pode ser traduzido até o fim, pois não existe um potencial texto único dos textos” (2003, p.311).

Essas discussões possibilitaram a Bastos (2007) estabelecer seis características imprescindíveis para que um romance seja considerado um romance histórico. Para ele, um romance histórico deve versar sobre matéria de “extração histórica” (p.106); sendo necessário “que a trajetória das personagens relevantes da trama seja associada de modo inextricável ao destino político da comunidade de que façam parte” (idem, ibdem); a existência de um “efeito de historicidade” (idem, ibdem); a presença de “marcas registradas” (idem, 107); a remotividade da matéria histórica “como resultante de procedimentos narrativos que a focalizam como matéria consumada, reforçada pelo tom fechado do relato” (idem, ibdem); e o “tom conclusivo quanto aos eventos históricos focalizados” (idem, ibdem).

Ao optar por tais características como sendo essenciais à classificação de um romance como histórico, Bastos afasta-se da possibilidade de um romance que nasce como histórico perca tal característica. A relação entre o escritor, a obra e o leitor permite que o romance histórico não perca seu aspecto histórico ou que outros romances por causa do distanciamento temporal em sua criação ascendam a tal categoria.

3. *Os desvalidos*: um romance histórico

Francisco Dantas criou uma obra que tem como pano de fundo o sertão do cangaço, mais especificamente, um período compreendido entre o final da Primeira República e o início do Estado Novo. Para demarcar esse espaço ele desde o início aponta como marco a morte de Lampião. O grito: “Lampiãããã, morreeeu!...” (DANTAS, 1996, p.11) cumpre essa função ao estabelecer o espaço e o tempo histórico. Essa é a primeira característica elaborada por Bastos para identificar um romance como histórico: deve versar sobre matéria de “extração histórica” (2007, p.106).

Ao ter sua vida atravessada pela modernização, Coriolano passa a declinar da posição social que havia alcançado através de seu tio-avô. A chegada de remédios industrializados dando fim a sua botica, leva-o a ruína e com isso as mudanças sofridas pela sociedade revelam que ele e o barbeiro, seu Castilho, são exemplos de profissões que sofreram com a chegada da modernização no Nordeste. Não houve nesses casos uma preparação para as novas condições sócio-econômicas. Esses dois sujeitos são exemplos de homens presos à tradição do sertão. Situações que se enquadram na segunda característica apontada por Bastos: “que a trajetória das personagens relevantes da trama seja associada de modo inextricável ao destino político da comunidade de que façam parte” (2007, p. 106).

A terceira característica, existência de um “efeito de historicidade”, pode ser perfeitamente observada ao longo da obra. As relações de Coriolano, de tio Felipe, de Maria Melona e de Zerramo com o cangaço dão a narrativa esse efeito, pois recriam situações que podem ser identificadas como possibilidade de existência. Outro ponto que não podemos deixar de analisar é a presença forte de Lampião. Embora seja em um espaço pequeno dentro da obra, nem por isso deixa de desempenhar um papel importantíssimo na criação por parte do leitor de referenciais capazes de gerar identificações com os fatos reais retratados pela história.

A quarta característica, a presença de “marcas registradas”, pode ser percebida desde a presença de Lampião, até a apropriação da imagem de Padre Cícero Romão Batista quando se sua passagem da Coluna Preste pelo Nordeste, tendo como uma das conseqüências do acordo firmado entre o governo e o chefe dos cangaceiros, a aquisição da patente de Capitão para Lampião.

A remotividade da matéria histórica “como resultante de procedimentos narrativos que a focalizam como matéria consumada, reforçada pelo tom fechado do relato”, é a quinta característica. Nesse sentido, pode ser pensada a partir de um distanciamento imaginário promovido tanto pelo confronto entre o desenvolvimento do Sul em oposição ao do Norte, como foi demonstrado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, quanto por narrativas mais recentes, como é o caso de Ariano Suassuna em *A pedra do reino*, por exemplo. O próprio processo de modernização foi fomentador da separação entre as perspectivas desenvolvimentistas do Norte e do Sul, como também do interior e do litoral. Nesse caso o segundo termo assume a perspectiva da evolução, da civilização, do desenvolvimento. Narrativas literárias e processos sócio-econômicos imprimiram no imaginário social, dentre as várias percepções, um sertão muito próximo à percepção de um país em plena Idade Média, século V até o século XIV. Período em que o Brasil nem sequer existia nos moldes dos países europeus, isso levando em consideração que o nascimento do Brasil para o mundo ocorreu deu com a carta de Pero Vaz de Caminha, em primeiro de maio de 1500.

A percepção do sertão no Nordeste brasileiro como um lugar pertencente à Idade Média em parte deve-se a Euclides da Cunha e seu livro *Os Sertões*, 1902, que ao revelar a enorme distancia cultural entre o sertão e o litoral, funda exatamente ali a identidade nacional. Uma identidade criada a partir das três raças que, graças ao isolamento imposto por Portugal, gerou uma civilização pura capaz de representar a formação originária do povo brasileiro. O sertão guardou, assim, as marcas de um período da história, aos moldes europeus, que ele mesmo não vivenciou. Nesse processo, os romances de cavalaria e as conquistas de Carlos Magno foram lidas e assimiladas pelo imaginário popular. No romance *Os desvalidos*, tais referências aparecem para marcar o espaço e o tempo em que a narração das memórias de Coriolano ocorreu. Tais explicações sucintas fazem-se necessárias, pois as marcas de remotividade encontram-se justamente nesse ponto. Um ponto que revela o sertão e o fenômeno do cangaço como pertencente a uma época mais distante, no tempo histórico, do que realmente elas foram.

A sexta e última característica refere-se ao “tom conclusivo quanto aos eventos históricos focalizados”. Aqui, pode-se perceber desde o início com a morte de Lampião. E a forma de sua morte encontra-se expressa por todo o romance que aparece como “pescoço cortado”, “festiva degola”, “a degola dos onze”, entre outras expressões. Além de relatar como ocorreu a aquisição da patente de Capitão por parte de Virgulino

Ferreira o Lampião durante a passagem da Coluna Preste pelo Nordeste. Fato que contou com a intermediação do Padim Ciço.

Outro ponto a ser explorado é a trajetória de vida de Coriolano extremamente vinculada à de Lampião, possibilita reconhecer a trajetória de vida deste que foi o maior representante do cangaço no Brasil e no mundo. Ao lembrar os caminhos que percorreu ao longo de sua vida, Virgulino Ferreira analisa a relação de Lampião com a sociedade em que vive. A ambivalência entre o bem e o mal, entre o santo e o profano, entre o bandido e o herói são retomadas para justificar seus atos. Justificativa entendida não como um pedido de desculpas, mas como as opções puderam ser transformadas em escolhas. E Virgulino era apenas um homem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura de Lampião no romance *Os desvalidos*, de Francisco José Costa Dantas aparece como a principal “marca registrada” para defini-lo enquanto romance histórico. A perspectiva do romance amplia as discussões sobre a vida de Lampião na medida em que estabelece a percepção do homem Virgulino e não somente a do mito Lampião. É o humano que aparece em tela. Dentro dessa perspectiva enquadrá-lo enquanto um romance histórico, a partir das características enumeradas por Acmenon Bastos (2007), parece-nos uma das possibilidades de análise deste romance que consegue unir material histórico com material ficcional e criar uma belíssima obra de arte. Porque apesar de tudo é isso de fato o que este romance é apenas arte.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução Aurora Fornoni Bernadini et all. 4 ed. São Paulo: Hucitec; Editora UNESP. 1998.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASTOS, Alcmemo. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EduERj, 2007.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 38 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Edirora, 1997.

DANTAS, Francisco J. C. *Os Desvalidos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Luiz Costa. “História e Literatura: três momentos de uma relação”. In: *Terra ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.,213-237.

MAESTRI, Mário. História e romance histórico: fronteiras. In: *Novos Rumos*. Ano 17, nº 36, 2002, p. 38-44.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.